

**Gestão escolar e democracia em tempos de
autoritarismo: a necessidade do dissenso**
**School management and democracy in times of
authoritarianism: the need for dissensus**

Mendonça, Samuel
PUC Campinas/CNPq
samuelms@gmail.com
<http://orcid.org/0000-0002-2918-0952>

Cunha, Gabryelle Rahyara Miranda Castro da
PUC Campinas
gabryellerahyara@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-2841-5203>

Resumo: Se a gestão escolar se relaciona diretamente com a democracia, seja pelos valores constitucionais presentes na escola, seja, principalmente, porque se deseja direcionar políticas públicas educacionais via gestão, o autoritarismo é impedimento para este trabalho. É preciso garantir os valores e princípios da democracia para a garantia da continuidade do desenvolvimento do trabalho escolar. Levando-se em conta este cenário, este estudo pretende investigar a pergunta: a gestão escolar e a democracia são capazes de resistir ao autoritarismo pelo dissenso? Busca-se analisar o conceito de dissenso e pensá-lo como alternativa para a superação do autoritarismo da gestão escolar e da democracia.

Palavras chave: Dissenso; Gestão Escolar, Democracia; Gert Biesta.

Abstract: If school management is directly related to democracy, be it due to the constitutional values found in school – mainly due to the intent to drive educational public policies through management -authoritarianism hinders such work. It is important to ensure democratic values and principles to ensure continuity to the school work development. Taking said scenario into account, this study aims at investigating the question: Are school management and democracy capable of resisting authoritarianism through dissensus? We seek to analyze the concept of dissensus and ponder it as an alternative to overcome authoritarianism in school management and in democracy.

Key words: Dissensus; School Management; Democracy; Gert Biesta

Introdução

É uma honra participar deste Congresso Internacional de Gestão Educativa com tantos amigos da Pontificia Universidad Católica del Perú e de outras universidades. Faço parte da linha de pesquisa Políticas Públicas em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC Campinas, Brasil e minha formação é em filosofia.

Tenho orientado investigações sobre gestão educativa e atuei por muitos anos como gestor, então, a minha exposição está devidamente fundamentada na minha trajetória profissional e acadêmica.

Dentre os estudos mais recentes de meu grupo de pesquisa, Gert Biesta (2017, 2020) tem sido utilizado como marco teórico, da mesma forma que Marcos Nobre (2020), Pucci (2020) e Gomes (2020). Em alguns escritos enfrentamos a questão do autoritarismo, marca do governo brasileiro desde 2019, da mesma forma que estudos foram realizados sobre gestão na perspectiva de John Dewey (1997, 2009). Considerando este conjunto de pesquisas, para esta exposição estabeleci a pergunta: a gestão escolar e a democracia são capazes de resistir ao autoritarismo pelo dissenso? Desta forma, o objetivo está em analisar o conceito de dissenso em Gert Biesta (2014, 2017, 2020) como alternativa para a superação do autoritarismo da gestão escolar e na democracia.

John Dewey (1997, 2009) é referência quando o assunto é a democracia ou a gestão escolar. Temos diversos estudos sobre ele em nosso Programa de Pós-Graduação, que tem sido fonte de investigações conjuntas com meus orientandos de mestrado e de doutorado. Gert Biesta (2017, 2020) tem avançado no debate sobre o tema do dissenso, que será aqui explorado, desde seu texto de 2017, *The Rediscovery of Teaching*. Em escritos de 2020 ele tem demonstrado a importância de se desenvolver a qualificação, a socialização e a subjetivação. Em outra perspectiva, Marcos Nobre (2020), em seu marcante texto Ponto-final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia, tem analisado o governo brasileiro que, em última instância, é o responsável pelo desenvolvimento de políticas educacionais, incluindo a gestão educativa. Outros autores como é o caso de Pucci (2020) e Gomes (2020) também têm criticado o aspecto autoritário do governo brasileiro.

Trata-se de ensaio teórico do ponto de vista do método. Houve busca de textos sobre o assunto por meio de revisão de literatura nas bases Web of Science e Scielo, destacando o conceito de dissenso usado por Gert Biesta, no entanto, não se encontrou resultado. Analisou-se escritos de Dewey (1997, 2009), Biesta (2017, 2020) de Nobre (2020), de Pucci (2020) e de Gomes (2020), além de artigos e documentos diversos sobre gestão e democracia. Do ponto de vista formal, o texto se organiza em (i) democracia e gestão escolar; (ii) autoritarismo do governo Bolsonaro (iii) Gert Biesta, dissenso como socialização.

Como resultados, o dissenso que reivindica outra concepção de educação, com abertura de professores e gestores para escutar a comunidade, sejam estudantes ou professores, é ferramenta a ser utilizada para o fortalecimento da gestão escolar de forma particular e da democracia no geral.

Democracia e gestão escolar

Buscando pensar o conceito de dissenso de Gert Biesta (2017) que diz respeito à valorização da individualidade de cada participante do espaço escolar, ouvindo, respeitando e reconhecendo a sua singularidade, o ponto de partida é a gestão democrática no pensamento de Dewey (1979), no contexto da democracia. A democracia, quando pensada na dimensão política, refere-se à preservação dos

interesses da população, da mesma forma que expressa à necessidade de participação das pessoas no jogo político, seja por meio do voto, em que a prioridade é a consideração dos interesses dos eleitores, na clara defesa da individualidade, garantindo, de certo modo, a participação popular e, por assim dizer, a recusa de uma sociedade de privilegiados.

Neste sentido, Dewey, na perspectiva de Verástegui (2012), enfatiza a importância da discussão, da consulta, da persuasão e de um debate democrático para tomar decisões. Esses procedimentos aumentam e enraízam o entendimento público sobre as problemáticas discutidas e auxiliam a informar a respeito das necessidades sociais (Verástegui, 2012). Nesta dimensão, Dewey (1979) vem discutindo que é necessário que a população tenha educação para que o governo possa ser eficiente, pois se eles não possuírem consciência sobre as problemáticas discutidas, fica muito fácil existir a manipulação e a imposição de algo por parte do governo.

A democracia se opõe ao autoritarismo externo, ela tem como interesse substituí-lo pela aceitação e interesse voluntário. Está aí a clara relação com a noção de dissenso que aqui aproximamos. Em *La ética de la democracia*, Dewey (2017, s/p)¹ demonstra que a sua visão a respeito da democracia é muito maior que apenas a visão política do termo, como trata o trecho a seguir:

Dizer que a democracia é *unicamente* uma forma de governo é como dizer que uma casa é mais ou menos o mesmo que uma disposição geométrica de ladrilhos e cimento, que a igreja é um edifício onde tem bancos, púlpitos e torres com sinos. Isto é verdade: tais coisas certamente são isso. Porém também é falso: são infinitamente mais. [...] (grifo do autor) (tradução nossa).

Para o filósofo estadunidense, a democracia diz respeito à maneira de viver das pessoas, como também a sua atuação na construção dos valores que envolvem a vida desses sujeitos. A construção de valores é necessária para a concepção do bem social, como também para o desenvolvimento global do ser humano como um indivíduo. Ao tratar disto, faz-se necessário relembrar o ideal democrático. Para Dewey (1979, p. 92) é constituído por dois elementos orientadores na democracia:

O primeiro significa não só mais numerosos e variados pontos de participação do interesse comum, como, também, maior confiança no reconhecimento de serem, os interesses recíprocos, fatores da regulação e direção social. E o segundo não só significa uma cooperação mais livre entre os grupos sociais (dantes isolados tanto quanto voluntariamente o podiam ser) como, também, a mudança dos hábitos sociais – sua contínua readaptação para ajustar-se às novas situações criadas pelos vários intercâmbios.

¹ Este livro é um compilado de 15 textos de autoria do John Dewey. O responsável pela introdução do livro, da tradução para o Espanhol e a seleção dos textos foi Diego Antonio Pineda Rivera. A falta de numeração das páginas se dá devido aos pesquisadores só ter tido acesso ao e-book e este não é enumerado.

Dewey compreende esses aspectos como pontos orientadores para a construção de uma sociedade democrática. Estudar a respeito da democracia abrange a relação existente entre os indivíduos, da busca de melhorias para a sociedade e isso engloba todos os seus direitos e deveres. Os seres humanos devem se adaptar às possíveis mudanças que podem ocorrer na sua sociedade. Corroborando esta posição, Bertineti (2014, p. 46) assevera que “[...] pensar e agir democraticamente exige que consigamos pensar e ver o outro como alguém capaz de agir e interagir e construir sua vida de forma individual e coletiva”.

Ao tratar da democracia em Dewey, o filósofo da educação e especialista no pensamento do pensador americano, Pagni (2018, p. 70), diz que para que ela exista:

[...] os membros de uma sociedade deveriam apresentar um conjunto de experiências comuns, cujos significados, sentimentos e crenças permitam nos identificar com um de seus grupos, portando seus valores, costumes e pensamentos. Para tal, os vários grupos que constituem a sociedade democrática deveriam ser capazes de intercambiar experiências entre si de modo plural e livre, sem importar as disputas em torno de quais significados, sentimentos e crenças prevaleceriam. A democracia é, assim, condição necessária para a interação e a comunicação livre entre os homens e para que os seus projetos sistematizados ou as suas filosofias, conscientemente, reorientem a experiência e aprimorem as formas de vida social a fim de que elas se tornem melhores.

Desse ponto de vista, a democracia é uma concepção que sempre busca melhorias para a convivência coletiva, em que todos que formam a sociedade possuam liberdade de escolha e de opinião e, com isso, possuam o livre-arbítrio para optarem por aquilo que consideram o melhor para si, desde que isto não afete o próximo de forma negativa. A democracia rejeita o autoritarismo e o que o Brasil tem enfrentado desde 2019 com o governo federal é a recusa da democracia por um governo autoritário, cf. iremos demonstrar.

Não é possível que exista democracia sem que seja cultivada a inteligência reflexiva e que esta atue em todos os atos que necessitem de revisão, investigação ou deliberação pública. Se a democracia é uma forma de viver mais adequada que as demais, é devido à promoção de uma investigação mais sistemática e desenvolver práticas reflexivas de caráter cooperativo, diferentemente dos outros regimes sociais (Rivera, 2017, s/p).

Na sua concepção a respeito da democracia, Dewey (1979) leva em consideração a sociedade em sua totalidade e não apenas o indivíduo em particular. Biesta (2017, 2020) também desenvolve sua noção de socialização nesta direção. Aliás, Biesta tem diversos ensaios sobre Dewey. A sua concepção democrática é um ideal não apenas social, mas também moral, no sentido de incluir a preocupação com o outro. A democracia, para ele, é muito mais que uma forma de governo, ou seja, não se restringe apenas ao significado político existente na palavra.

O sujeito que compreende a democracia como apenas uma forma de governo ou como algo que pode levar a determinado fim, pode ser que compreenda que os fins justificam os meios. Quando se tem essa percepção da democracia como forma de vida é impossível desprender os meios dos fins, pois eles são inseparáveis. Não é possível

chegar a um fim democrático sem ter percorrido todo um caminho democrático, nessa concepção o meio tem um peso tão grande quanto o fim.

Dewey (1979) compreende que em uma sociedade, os homens se associam de todos os modos e para todos os fins e a qualidade da educação e os valores que eles vão ter ao associarem-se depende dos hábitos e das aspirações de cada grupo. Corroborando com isso, Bertineti (2014. p. 47) afirma que:

Todos nós fazemos parte da sociedade, interagimos e agimos com os outros e, a partir desta interação, vamos aos poucos, nos constituindo enquanto sujeitos, capazes de agir. Por meio destas ações, precisamos ter atitudes práticas de democracia e tais atitudes precisam surgir de forma voluntária através de ações coletivas e práticas cooperativas. Vivemos em comunidade, temos responsabilidades individuais com o outro e com o meio no qual estamos inseridos. Há um conjunto de responsabilidades que precisam ser consideradas para que possamos conviver com práticas democráticas de fato.

Essa interação é bastante importante, pois é a partir dela que o sujeito consegue se constituir. Ao viver em sociedade, o sujeito precisa entender que ao se tomar determinada atitude deve-se pensar no bem individual, mas, também, no coletivo, essas atitudes pensadas de forma democrática possuem a finalidade de promover o bem comum. Ao pensar na democracia na área educacional, Dewey (1979) enxerga a escola como uma sociedade em miniatura, sendo esta a instituição responsável por promover uma educação que esteja voltada à cidadania, à democracia, ao debate e ao diálogo. Nessa concepção Deweyana, a escola pretende fazer com que surjam nas crianças, a partir da convivência social e espírito de solidariedade que aquele ambiente proporciona, o sentimento democrático e que estes se aprendidos e confrontados com os conteúdos estudados, podem manifestar o seu grande potencial para a mudança. Para que isso se efetive, os alunos devem ter uma participação ativa na escola. Ao referenciar Dewey, Galiani e Machado (*apud.*, 2004, p.130), afirmam que:

A escola deve assumir a feição de uma comunidade em miniatura, ensinando situações de comunicação de umas a outras pessoas, de cooperação entre elas, e ainda, estar conectada com a vida social em geral, com o trabalho de todas as demais instituições: a família, os centros de recreação e trabalho, as organizações da vida cívica, religiosa, econômica, política.

Para exemplificar o símbolo da escola concebida como sociedade em miniatura, a participação ativa nada mais significa do que a criação e a construção dos combinados da sala de aula, em que o professor faz a mediação da atividade para que junto aos seus alunos sejam criadas e acordadas as regras de convivência na sala de aula e na escola como um todo. Nesse processo, as crianças são incluídas e ouvidas na construção das regras e, a partir de uma conversa, os alunos entram em consenso do que não é correto fazer na escola. Ao construírem estas regras, eles as internalizam, pois lembram que fizeram parte do processo de construção das mesmas.

A educação passa a assumir uma função integradora entre os indivíduos que compõem a sociedade, e esta preservaria o seu caráter democrático para viabilizar a participação de

todos os integrantes do segmento escolar no processo político, social e econômico. Ou seja, não adianta educar tendo como finalidade a democracia se a sociedade conservar o autoritarismo, como também, não adianta a sociedade apresentar um caráter democrático se as pessoas não estiverem abertas às novas experiências (Galiani; Machado, 2004).

O modelo educacional democrático constituído por Dewey não se limita apenas à exposição do ideal democrático aos alunos. Para ele, tratar a educação democrática significa também trabalhar a conscientização e a participação que dizem respeito às dimensões da vida social. É preciso que exista a redução da distância entre teoria e prática e, assim, tornar possível a transformação do conformismo na capacidade crítica e que se possa modificar esta capacidade crítica em um processo de responsabilização pelas transformações que almejam (Bertinetti, 2014, p. 106).

Uma educação voltada aos princípios democráticos pretende fazer o processo de inclusão dos seus alunos na nossa sociedade, mas não de uma forma passiva e sim de maneira ativa, inovadora e crítica. Essa educação pretende fazer com que as crianças sejam parte integrante e constituinte do processo educativo e que, na medida em que adquirirem conhecimentos e conceitos, estas sejam capazes de modificar a sua vida.

Autoritarismo no governo Bolsonaro

Marcos Nobre (2020) argumenta que só é possível compreender Bolsonaro quando se observa que sua noção de democracia é aquela da ditadura militar. Este filósofo evidencia que Bolsonaro é, portanto, autoritário. Pucci (2020) e Gomes (2020), em evento realizado pela Sociedade Brasileira de Filosofia da Educação e recentemente publicado no Brasil concordam a perspectiva de que o governo brasileiro é autoritário. Bolsonaro despreza a Constituição Federal de 1988, os direitos individuais e coletivos. Pode-se afirmar que ele rejeita a democracia e por isto escolas têm sido seus alvos e professores têm enfrentado dificuldades na gestão escolar.

Como você lida com o autoritarismo? Não estou falando de autoridade, mas, de autoritarismo mesmo, isto é, a truculência de instituição ou pessoa que violenta algum direito. Explico. Exercer autoridade é fundamental em um Estado de Direito. É o que se espera, por exemplo, de um Presidente da República, que precisa colocar limites em sua equipe para o bem de seu governo. Mas, o autoritarismo deve ser rechaçado. Não se deve aceitar o autoritarismo no ambiente escolar e, claro, no ambiente político que influencia a escola.

O primeiro caso de autoritarismo diz respeito às ações violentas do filho do Presidente da República, Carlos Bolsonaro, contra uma autoridade da República, simplesmente o Vice-Presidente Hamilton Mourão. As críticas do vereador do Rio de Janeiro contra a instituição Presidência da República são contra Mourão e também contra o Presidente da República, seu pai.

O curioso é que o ideólogo do governo brasileiro, residente em Virgínia, USA, que faça questão de omitir o nome, também tem feito críticas ostensivas e combinadas ao Vice-presidente. As expressões utilizadas pelo astrólogo ao Vice-Presidente, incluem “idiota”, “imbecil”. Ora, no caso específico do ideólogo, com os xingamentos

ostensivos, há evidente crime de injúria, previsto no Art. 140 da Lei 2848/40 do Código Penal. Assim, o autoritarismo se expressa no descumprimento da lei e deve ser punido.

A pergunta simples feita por milhões de brasileiros é: por que o Presidente da República não exerce autoridade e coloca limite em seu filho? É paradoxal que ele tenha autoridade, mas, não a exerça. Permitir que seu filho interfira em assuntos do governo, com críticas ao Vice-Presidente, estimulando ofensas, significa não proteger a República. Mais do que isto, visualiza-se um projeto de destruição das instituições democráticas brasileiras.

O segundo caso de autoritarismo tem relação com a truculência da Superintendência da Polícia Federal do Paraná. Repito: não se pode aceitar o autoritarismo em nenhuma circunstância em um Estado de Direito. O ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, retirou a censura que Luiz Fux havia imposto ao Jornal Folha de SP, que tentou entrevistar o ex-presidente Lula no ano eleitoral, 2018.

A Superintendência da Polícia Federal do Paraná, por meio do Delegado Luciano Flores de Lima, o mesmo que impediu o ex-presidente Lula da Silva de acompanhar o velório de seu irmão, determinou que a entrevista que será realizada pela Folha de SP e Jornal El País inclua na plateia outros jornalistas convidados por ela, PF. Nem preciso lembrar que o referido delegado é bem próximo do ex-Ministro da Justiça, Sérgio Moro, aquele que condenou o ex-presidente.

De novo, o autoritarismo precisou ser corrigido pelo STF, que acolheu o pedido da defesa de Lula da Silva para que apenas os jornais que solicitaram a entrevista o façam. Imagine o constrangimento em responder a perguntas na presença de pessoas que desejam a sua morte? Sem exagero, há integrantes de setores da imprensa, da mesma forma que da sociedade em geral, que desejam que Lula da Silva morra o quanto antes. Não desejam que ele possa exercer qualquer direito, mesmo que esses direitos estejam assegurados na Constituição Federal. Enfim, apostar na violência e no autoritarismo significa, no mínimo, a defesa da barbárie. Marcos Nobre (2020) adverte que as instituições da República, seja o Congresso Nacional ou o Supremo Tribunal Federal, devem estar vigilantes em relação ao autoritarismo deste governo.

Jair Messias Bolsonaro foge de jornalistas de alguns veículos, já tendo afirmado que o grupo Globo é seu inimigo, inclusive. Assim, concedeu entrevistas à TV Record e ao SBT, isto é, escolheu a seus entrevistadores. Quando houve pergunta hoje pela manhã sobre os problemas entre o Vice-presidente e seu filho, ele encerrou a entrevista. Da mesma forma que o Presidente da República tem o direito de escolher para quem irá conceder entrevista, Lula da Silva também tem, portanto, o STF teve de corrigir o equívoco de decisão autoritária da Superintendência da PF do Paraná exercendo autoridade contra o autoritarismo.

Seria muito importante um movimento social em defesa da lei, da ordem, da autoridade e a repulsa absoluta da violência e do autoritarismo. Qualquer circunstância de descumprimento da lei deve ser reprimida. A superação do autoritarismo poderá se dar justamente pelo diálogo, pela defesa da democracia e da gestão democrática, afinal, as escolas são o espaço de formação de geração de jovens e de cidadãos.

Gert Biesta, dissenso como socialização

Gert Biesta tem se preocupado com o papel da educação, da escola e de professores em nossa sociedade ao longo de sua carreira. Educador Holandês, nascido em 21 de março de 1957, atualmente é professor de educação pública na Maynooth University, Irlanda e professor visitante na University of Agder, Noruega.

Biesta, durante toda sua trajetória acadêmica, buscou capturar a essência da educação, afirmando que a questão do propósito na educação possui um papel crucial, tratando-se de uma questão multidimensional, diretamente ligada à qualificação, socialização e subjetivação. A ideia de dissenso para ele significa oferecer atenção à singularidade do estudante, algo possível quando se atenta para a perspectiva tridimensional citada. Tal posicionamento se faz necessário na tentativa de entender o que é, e do que deva ser a educação. Além disso, o autor afirma que vivemos em uma época em que os regimes de medição transformaram a educação, de um evento que aprimora a vida em um sistema rígido de administração, no qual há pouco espaço, paciência e apreciação pela experiência do que é ensinado, tornando o ensino uma questão de controle e o aprendizado como algo progressivo e libertador, visões problemáticas na visão autor.

Além de qualificar, a educação também tem uma tarefa socializadora. Ela orienta e insere crianças e jovens no mundo de tradições e culturas. E, além de “ensiná-los” a conviver com os outros, a socialização também afeta seus modos de ser e sua identidade, ou seja, sua formação como indivíduos. E é aqui que recai nosso interesse sobre o papel da educação: o terceiro propósito da educação o qual é chamado por Biesta de subjetivação. De acordo com o autor:

Isso tem a ver com a possibilidade de que crianças e jovens não adotem apenas uma identidade particular, não sejam apenas parte de comunidades e tradições específicas, apenas objetos das intenções e ações de outras pessoas, mas existam como (um) sujeito por direito próprio, capaz de suas próprias ações e disposto a assumir a responsabilidade pelas consequências dessas ações. (Biesta, 2017, p.24).

Pensar o papel que a educação deve ter na sociedade considerando estes três propósitos não significa pensá-los de forma separada. Biesta declara que eles estão sempre em jogo e é o equilíbrio entre eles, tanto na prática quanto nas políticas e pesquisas educacionais, que deve orientar as decisões educativas. Na prática isto quer dizer que a escolha do currículo, por exemplo, impacta não somente o domínio da qualificação mas traz consequências para a socialização e a subjetivação.

Conclusão

Em resposta à pergunta a gestão escolar e a democracia são capazes de resistir ao autoritarismo pelo dissenso? é possível afirmar que sim. Por meio do dissenso, ou seja, da valorização dos estudantes, da escuta atenta aos interlocutores, da consideração das diferenças de cada um, professores e gestores estarão abertos ao aprendizado. Pode-se afirmar que estariam dispostos a sair do controle típico construído pela escola moderna, em que professores sabem e estudantes aprendem.

Esta ideia de suspensão do controle encontra apoio na noção de emancipação desenvolvida por Biesta (2017, 2020) mas também por Rancière (2010), na crítica ao socratismo. De forma breve, quando Sócrates de *O Mênon* (2001) ensina o escravo, fica

evidente o papel do professor como alguém que conduz o processo, que controla, por meio de perguntar, que induz. Rancière em seu clássico *Mestre Ignorante* critica a figura do mestre explicador por reconhecê-lo também como um embrutecedor. No caso de Biesta, a defesa da subjetivação, em última análise, aponta não apenas para a autonomia, mas também para a liberdade.

Não se trata de liberdade no sentido de se fazer o que se quer, mas, do dispositivo que propicia a emancipação, condição do dissenso que se desenvolve justamente no processo de socialização. Enfim, a gestão escolar e a democracia podem superar o autoritarismo justamente na afirmação da individualidade de cada participante do processo educacional.

Finalmente, considerar o espírito democrático da gestão escolar exige que se retome o texto de Dewey, sobretudo o *Democracia e Educação*. Superar o autoritarismo também, dado que o filósofo defende a liberdade, a autonomia e a emancipação. No caso de Biesta, sua noção de dissenso corresponde ao ideal de Dewey que se manifesta na socialização e avança no sentido de focalizar não apenas o oferecimento da voz ao estudante ou do professor, mas, principalmente, de se ouvir mesmo esses interlocutores.

Agradecimientos

Registro o agradecimiento ao CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo financiamento da investigação por meio do Processo nº 311111/2017-3.

Referências bibliográficas

- Bertineti, E. P. (2014). *Gestão Escolar Democrática e Participação dos sujeitos: uma análise a partir dos Fundamentos Filosóficos de John Dewey*. 2014. 114f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.
- Biesta, G. J. J. (2017). *The rediscovery of teaching*. London: Routledge.
- Biesta, G. J. J. (2014). *The beautiful risk of education*. Boulder: Paradigm Publishers.
- Biesta, G. J. J. (2020). Risking ourselves in education: qualification, socialization, and subjectification revisited. *Educational Theory*. volumen 70, nº 1, pp. 89-104.
- Dewey, J. (2009). *Democracy and education*. New York: Feather Trail Press.
- Dewey, J. (1997). *Experience and education*. New York: A Touchstone book.
- Dewey, J. *La ética de la democracia* (2017). In: Dewey, J. *La democracia como forma de vida*. Tradução de Diego Antonio Pineda Rivera. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana.
- Dewey, J. (1979). *Democracia e Educação: introdução à filosofia da educação*. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. 4 ed. São Paulo: Editora Nacional.

- Galiani, C.; Machado. M. C. G. (2004) As propostas educacionais de John Dewey para uma sociedade democrática. *Educação em Questão*, Natal, v. 21, n. 7, p.116-135.
- Gomes, L. R. (2020). Autoritarismo de múltiplas faces no Brasil: antissemitismo, bolsonarismo e educação. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 14, p. 1-23, jan-dez.
- Nobre, M. (2020). Ponto-final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia. São Paulo: *Atualmente*.
- Pagni, P. A. (2018). Ética, democracia e educação em John Dewey: uma releitura de Democracia Educação à sombra da ontologia do presente. *Revista Espaço Pedagógico*, [s.l.], v. 25, n. 1, p.65-81, 25 abr. UPF Editora.
- Platão (2001). *Mênnon*. Texto estabelecido e anotado por John Burnet. Trad. Maura Iglésias. Rio de Janeiro: Loyola.
- Pucci, B. (2020) A personalidade autoritária no Brasil em tempos de neoliberalismo e de Coronavírus. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 14, p. 1-17, jan-dez.
- Rancière. J. (2010). *O mestre ignorante. Cinco lições sobre a emancipação intelectual*. Belo Horizonte.
- Rivera, D. A. P. (2017). Introducción la democracia como forma de vida: algunas coordenadas para su comprensión. In: DEWEY, John. *La democracia como forma de vida*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana.
- Verástegui, R. de L. A. (2012). Dewey e a proposta democrática na educação. *Redescrições: Revista on-line do GT de pragmatismo e Filosofia Norte-Americana*, v. 3, n. 4, p.24-32. Quadrimestral.